

Apresentação

A introdução da Linguística no curso de Letras, no Brasil, na década de 1960, causou grande impacto no ensino de língua. Isso pode ser constatado, especialmente, a partir de 1970, quando seus pressupostos teóricos são tomados como parâmetros em diferentes marcos legais, em consonância com teorias e descobertas próprias de cada época.

O primeiro deles foi a Lei 5.692/71, alterada pela Lei 7.044/82, que reformulou o ensino de 1º e 2º graus. No art. 4º, parágrafo 3º desta última, fica estabelecido que “no ensino de 1º e 2º graus, dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira” (BRASIL, 1982, grifo nosso). Depois, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa (1997), sob a égide da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, estabeleceram os objetivos do ensino de língua para as primeiras séries do Ensino Fundamental, com base, dentre outras coisas, na pluralidade de discursos e nas variedades linguísticas. Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, mantém e amplia a visão de ensino de língua centrada na reflexão sobre os usos que dela fazem os sujeitos falantes.

Dentre as várias subáreas da Linguística que contribuíram para essas concepções, encontra-se a Sociolinguística – cujo precursor foi William Labov –, que tem como objeto de estudo a variação linguística, correlacionando-a, simultaneamente, aos fatores linguísticos e aos fatores sociais. Essa abordagem tem uma metodologia centrada na observação de comportamentos linguísticos analisados a partir de uma metodologia quantitativa, assim, permite compreender que as línguas variam e mudam, no tempo e no espaço, devido às ações, situações e atitudes dos sujeitos falantes. Essa abordagem demonstra que as diferentes formas de se dizer a mesma coisa, numa mesma língua, estão profundamente ligadas à própria diferenciação e à hierarquização social, de modo que a variação é um fenômeno inerente aos sistemas linguísticos e às sociedades, portanto, regida por regras.

É notável a preocupação de William Labov em relacionar as descobertas da Sociolinguística ao ensino-aprendizagem da língua materna, desde seus trabalhos iniciais. Em um artigo publicado em 1964, “*Stages in the Acquisition of Standard English*”, ele apresentou um modelo de aquisição, pelo adolescente, dos padrões linguísticos considerados de prestígio e falados pelos adultos. Labov também discutiu a deficiência da escola em viabilizar as mesmas condições de aprendizado desses padrões às crianças

de classes menos favorecidas em comparação com crianças de classes favorecidas economicamente.

Em outro trabalho, de 1972, “*Language in the Inner City*”, o pesquisador demonstrou que o fracasso escolar de pessoas desfavorecidas economicamente não resultava de *deficiência linguística*, como se acreditava, devido à falta de estímulo verbal e o uso de formas não-padrão de seu grupo social, mas sim de dificuldades da própria instituição escolar em lidar com as diferenças linguísticas, priorizando apenas as formas consideradas padrão já dominadas pelas crianças de classes favorecidas.

As descobertas de Labov sobre a sistematicidade, a coerência e a lógica dos dialetos americanos não-padrão, falados por minorias, contribuíram profundamente para uma nova concepção de língua como objeto de ensino em todo o mundo.

No Brasil, com a introdução da Linguística nos cursos de Letras, a partir da década de 1960, tem início a pesquisa linguística sobre o Português Brasileiro. Desde então, sob essa égide, inúmeros trabalhos sociolinguísticos têm revelado a variedade da língua portuguesa, conforme os diferentes estratos sociais e as diferentes regiões, bem como a difusão e interpenetração dos dialetos regionais. As descobertas resultantes demonstram, principalmente, que a existência de uma língua homogênea é fictícia, tendo servido tão somente para a discriminação dos falares e dos seus falantes, por conta da disseminação da crença de que o *brasileiro não sabe falar a própria língua*.

Pode-se dizer que a partir da Sociolinguística novas discussões se tornaram correntes no ensino de língua: o respeito e aceitação às variedades dialetais e às diferentes línguas; a redefinição do conceito do “certo” e “errado”; as relações entre o oral e o escrito; a busca por um ensino como meio de levar o aluno ao domínio do dialeto padrão e à adequação linguística.

Nesta coletânea, temos a oportunidade de ler trabalhos que trazem debates atravessados por essas questões, de modo que somos levados a refletir sobre aspectos pertinentes ao ensino de língua aos quais somos chamados a dar respostas.

No primeiro capítulo, Douglas Afonso dos Santos e Eliane Pereira Machado Soares apresentam uma análise sobre a abordagem feita sobre a variação linguística em um livro didático do Ensino Fundamental. Os autores apontam para o fato de que o tema é visto como conteúdo “à parte” do ensino da língua, restrito a momentos específicos, partindo de uma concepção de ensino prescritivo. Contrapondo-se a isso, destacam a necessidade de uma atualização de conceitos e metodologias que levem em conta, por exemplo, o combate ao preconceito linguístico.

Ediene Pena Ferreira retoma, no segundo capítulo, alguns conceitos relacionados ao fenômeno da variação linguística, visando a contribuir para uma didática de ensino de língua que inclua a variação como objeto de reflexão, por meio de exercícios específicos. A autora destaca a importância do diagnóstico da turma para identificar os fenômenos a serem tratados, bem como o protagonismo do aluno nesse processo, considerando seu papel como falante da língua.

No terceiro capítulo, Elisa Battisti discute sobre o ensino de língua, incluindo a variação linguística como parte inerente da reflexão, levando em conta, dentre outras demandas, o papel da escola na padronização da língua. Diante dessa realidade, a autora propõe a promoção de um ensino voltado para a aprendizagem ativa da língua, por meio de unidades didáticas que contrastem a norma padrão com os recursos da língua falada e da língua escrita, ampliando-se, assim, a competência comunicativa dos educandos.

Os autores Jany Éric Queirós Ferreira e Carlene Ferreira Nunes Salvador, no quarto capítulo, correlacionam alguns fenômenos fonológicos, encontrados na escrita de alunos do ensino fundamental, aos fenômenos de variação linguística. Destaca-se a necessidade de levar o aluno a refletir sobre a escrita quanto aos aspectos que lhes são peculiares, o que só pode ser conseguido pela interferência consciente e planejada do professor de língua portuguesa, por meio de uma ação pedagógica voltada para o ensino significativo e produtivo da língua.

No quinto capítulo, Leila Cristina Silva da Silva e Eliane Pereira Machado Soares apresentam uma proposta de glossário na Língua Brasileira de Sinais (Libras), composto por termos da Zona Rural de Parauapebas, no Estado do Pará, a partir de relatos dos surdos sobre a vivência no campo, buscando-se com isso não apenas registrar os termos, mas também valorizar essa língua, especialmente a variedade da região supracitada, e sua comunidade.

Finalizando a coletânea, Gislaine Domingues apresenta uma análise sobre atitudes linguísticas de jovens indígenas Kaingang, Terra Indígena do Apucarantina, localizada no Estado do Paraná. Sua pesquisa demonstra que, a despeito da situação de contato da Língua Indígena com o Português, a língua original da comunidade é ainda falada em ambientes familiares e em interações informais e formais no cotidiano. O trabalho aponta para uma atitude positiva dos jovens falantes sobre essa língua, fator importante para sua vitalidade e manutenção.

Em conclusão, os trabalhos aqui apresentados podem contribuir com um ensino de língua materna pautado pela valorização da diversidade linguística, de forma a permitir ao aluno, como falante, a condição de escolher aquela mais adequada à

situação de interação, vital a sua integração no espaço social, combatendo toda forma de opressão que tolhe nossos direitos como falantes da língua.

Eliane Pereira Machado Soares

Douglas Afonso dos Santos